

## EXPANSÃO DAS IFES: NOTA PÚBLICA DO ANDES-SN

No quarto de século de existência do ANDES-SN, a luta pela expansão das IES públicas – com vistas à universalização do direito ao acesso ao ensino superior – sempre esteve no topo da agenda política do Sindicato Nacional. Esse posicionamento foi expresso em seu documento-referência Caderno Andes 2 “Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira” (Revisado, 2003): “Compete ao Estado garantir o total atendimento das demandas sociais por educação, em todos os níveis” (p.37).

Em todos os seus Congressos e Conselhos, o Sindicato procurou definir estratégias com esse fim. Apenas para mencionar resoluções mais recentes, o ANDES-SN aprovou a “*Agenda para a educação superior: uma proposta do ANDES-SN para o Brasil de hoje*” (2005) em que a expansão das IFES é objeto não apenas de análise específica como também de propostas objetivas que suscitaram a aprovação de uma proposta de projeto de lei de expansão no bojo de outros projetos afins, como os de financiamento da educação e das IFES em particular.

Para alcançar a universalização, a Agenda reafirma que a educação superior deve ser compreendida como um “direito de todos”, princípio que pressupõe acesso democrático com garantia de permanência e assistência estudantil, o que requer alocação de recursos compatíveis com as despesas geradas no processo de educação. A meta de expansão nas federais defendida pela Agenda é de 1,5 milhão de novas matrículas até 2011. Para tanto, o ANDES-SN propõe a alteração do art. 212 no sentido de incluir na base de cálculo as receitas provenientes das contribuições (excetuando as da seguridade/previdência) e a alteração do art. 76 do ADCT, CF, 1988 objetivando a não-aplicação da Desvinculação das Receitas da União nos orçamentos da educação e da saúde. Essas medidas permitiriam ampliar as verbas dos atuais R\$ 7 bilhões para aproximadamente R\$ 35 bilhões.

Considerando as lutas históricas do Movimento Docente, o recente anúncio do Governo Federal de expansão das universidades federais deveria ter causado júbilo em todos os lutadores da causa da educação pública. Com efeito, as metas anunciadas para o período 2005 a 2009 – criação de quatro novas universidades, seis transformações de IES em universidades, duas consolidações de instituições já convertidas em universidades, mas que não foram concretizadas, e a criação de quarenta e um novos campi – embora insuficientes (a meta para 2009 é a criação de 150 mil novas matrículas) poderiam ser um ponto de partida alvissareiro. Infelizmente, também nesse terreno, as medidas concretas não permitem comemorações.

### Metas demasiadamente modestas

No Brasil, o ensino médio conta hoje com 9,17 milhões de matriculados no ensino regular e, se incluirmos a educação de jovens e adultos, 10,3 milhões de matriculados. Em 2003, as IES públicas ofereceram em seus processos seletivos 281 mil vagas. Essas vagas foram áspera e injustamente disputadas por 2.367.670 estudantes (INEP, Sinopse do Censo da Educação Superior 2003). A expansão é,

portanto, imperativa. A estimativa de demanda de acesso ao ensino superior para 2009 (ano que o governo pretende ter criado 150 mil novas matrículas), conforme o INEP, é de 8,17 milhões. A meta anunciada não chega nem sequer a 2% dessa demanda!

### **As ações do governo nem sequer arranham a supremacia da oferta privada sobre a pública**

Tomando como referência a oferta de matrículas, entre os anos de 1997 a 2003, o ensino superior privado viveu um período de crescimento exponencial, aumentando a sua demanda (alunos ingressantes) em 154%, com uma média anual de 17% de crescimento. Em números absolutos, o setor privado passou de 392.041 ingressos em 1997 para 995.873 ingressos em 2003. Conforme o censo de 2003, 80,3% das vagas foram no setor privado e apenas 19,7% no setor público, sendo que as federais compareceram com apenas 6,1% (121 mil vagas oferecidas). Ao longo do governo FHC, o crescimento do número de instituições privadas foi de 111%. Após a posse de Lula da Silva, a única inflexão nessa tendência foi causada pelo limite do mercado: em 2003, o crescimento das matrículas foi de apenas 8% em relação ao ano anterior devido à saturação do mercado. Entretanto, o número de instituições particulares não parou de crescer: entre 2002 e 2004, a taxa de crescimento das particulares foi de 25%, o dobro dos cerca de 12% da rede pública (FSP, 30/6/05).

### **Ao contrário do sugerido, o crescimento das matrículas das federais não esteve estagnado na última década**

Uma falácia tem de ser criticada: a de que somente com o governo de Lula da Silva a expansão foi retomada. Essa formulação não é verdadeira. As IFES têm feito um inaudito esforço expansionista mesmo tendo os seus recursos globais praticamente congelados e os concursos para docentes e técnicos-administrativos quase que interrompidos. A expansão das IFES por meio da intensificação do trabalho dos seus professores e técnicos-administrativos e da otimização do uso de sua capacidade instalada já ultrapassou o limite dentro do qual as instituições podem oferecer cursos de alta qualidade. De fato, entre 1996 e 2003, o crescimento foi da ordem de 56%, passando de 364 mil para 568 mil estudantes de graduação. Cumpre destacar que em sete anos do período Cardoso foram criadas 200 mil vagas. Lula da Silva pretende criar 150 mil em cinco anos, dos quais três pertencem a um futuro governo a ser escolhido pelas urnas.

### **Expansão se dá em um contexto de congelamento de recursos**

A assimetria entre a expansão das federais e a das IPES pode ser explicada pela estagnação do financiamento das públicas. Tomando como referência o período 95-05, podemos constatar que, em ordem de grandeza, o orçamento executado das IFES (valores corrigidos pelo IPCA) está congelado em torno de R\$ 7

bilhões (ou foi decrescente, conforme IGP-DI), situação não alterada pelo governo Lula da Silva, que, nos três primeiros anos de governo, ainda reduziu em 20% o montante de verbas em relação a 2002 (valores corrigidos pelo IGP-DI).

Esse congelamento representa, na verdade, uma redução relativa de recursos, pois os gastos fixos aumentam (energia, telefonia, crescimento da folha de pagamento devido aos concursos) e, por conseguinte, os constrangimentos econômicos vividos pelas IFES são ainda mais dramáticos, fato evidente a olho nu: das bibliotecas aos laboratórios; dos banheiros às salas de aulas, da superlotação ao brutal arrocho salarial.

Frente ao limite desse modelo de expansão com redução relativa de recursos, é preciso contrapor um projeto abrangente de expansão que tenha dinheiro novo. E é sob esse prisma que a expansão propugnada pelo atual governo tem de ser analisada.

### **Os concursos da última década foram incapazes de suprir as aposentadorias**

Nos últimos anos do governo Cardoso, por pressão da greve de 2001, ocorreu uma débil reposição de vagas docentes, aproximadamente 2 mil. Conforme avaliação da ANDIFES em 2003, a reposição **emergencial** de vagas de professores, abertas em decorrência de aposentadorias nos anos anteriores, teria de ser de 8 mil professores. É possível identificar um déficit emergencial de 6 mil professores, isso sem considerar a expansão proclamada e as aposentadorias do período 2003 a 2005. Por isso, o número de professores substitutos nesse período se manteve relativamente constante em torno de 8 mil.

### **Perspectivas de expansão: o real e o proclamado**

Em solenidade no Palácio do Planalto, Lula da Silva anunciou a criação de “dezenas” de novas universidades. De certo modo, nesse ato de lançamento, ao não reivindicar a expansão proclamada dos dois primeiros anos de mandato, o governo reconheceu a farsa de seus anúncios anteriores.

Examinando a evolução orçamentária dos três primeiros anos do governo e a projeção para 2006, o cenário é muito preocupante. A exemplo do ANDES-SN, também os reitores manifestaram inquietação com as condições materiais dessas instituições e campi. Como o MEC não chamou as entidades para apresentar o seu plano estratégico de expansão (que continua desconhecido), restam muitas interrogações fundamentais. A distribuição territorial das novas instituições e campi e as áreas de conhecimento privilegiadas permanecem como informação restrita ao MEC. Não houve nenhum debate sobre as prioridades regionais e locais, e o perfil das novas instituições e campi – nem no parlamento, nem com as entidades representativas. As evidências de que a geografia das novas instituições e campi faz parte da lógica político-eleitoral são consistentes. Muitas das novas instituições e campi estão aguardando a nomeação de dirigentes em função do calendário eleitoral, como a UFGD. Ademais, o fato de anunciar a expansão no último ano de governo, justamente o ano da campanha eleitoral, obviamente é demonstrativo do

lugar secundário dado a essa prioridade. Em ano eleitoral sempre é mais difícil a realização de concursos e, não casualmente, grande parte das medidas depende da reeleição de Lula, pois será remetida para os anos 2007 a 2009.

O MEC anunciou a realização de concurso para contratação de professores, prevendo a reposição de 2200 vagas (para as instituições já existentes), de 1750 vagas para a expansão e 50 para a Universidade Aberta do Brasil. É importante reiterar que os concursos para as instituições e campi estão sendo feitos com cargos tomados emprestados das universidades existentes, conformando uma “canibalização” dos cargos dessas instituições. Até o momento não ficou comprovado que o governo irá criar novos cargos para a expansão. E, não menos importante, os critérios de distribuição/ alocação de parte substantiva dessas vagas ainda é objeto de controvérsias.

É relevante registrar, ainda, que a demanda das IFES está longe de ser atendida com esses concursos, visto que, conforme salientado, somente os substitutos são 8 mil. Tendo como referência o número de substitutos atuais, o déficit nas universidades existentes é de 5800 vagas, excluindo as aposentadorias.

A contratação de técnicos-administrativos é ainda mais débil. Após a realização de concursos para os HUs, por exigência do TCU, não há perspectiva de novos concursos, confirmando as piores expectativas sobre as condições da expansão.

A criação da Universidade Aberta do Brasil e a alocação de 50 vagas para contratação de professores para essa fundação de direito privado e não-gratuita é reveladora do padrão de expansão em curso no setor federal, preocupação consubstanciada pelo Decreto n. 5.622 de 19/12/05, que regulamenta a EAD. Sabendo-se que a referida universidade aberta é uma organização articuladora de cursos a distância, não é possível descartar que parte relevante da expansão será por meio dessa estratégia.

Em suma, nada indica que houve mudança na lógica de expansão dentro da ordem de grandeza de R\$ 7 bilhões. Nesses marcos, a expansão proposta pelo governo seguirá como modelo, em condições cada vez mais precárias. É impossível deixar de constatar que esse modelo degradará ainda mais as universidades federais. As metáforas que expressaram a situação das federais nos anos 90, permanecem atuais: universidades em ruínas, desmonte, universidade em penumbra.

## **Expansão só com democracia e ampliação de recursos públicos**

O ANDES-SN, através de toda sua história de luta, sempre defendeu a construção de um projeto responsável de expansão que promovesse o aumento da oferta de ensino superior público, gratuito e de qualidade social capaz de deter a multiplicação desenfreada do ensino ministrado em instituições particulares que colocam a educação sob as regras do empresariamento. A noção de que a educação das classes populares deve ser aligeirada precisa ser rigorosamente combatida. Por isso, o Sindicato Nacional apóia resolutamente toda medida em favor da educação pública e gratuita. A expansão das IFES é uma bandeira também empunhada pelo ANDES-SN. Para que seja possível um novo padrão de expansão, será preciso um novo padrão de financiamento, concretamente, serão necessários

substanciais recursos novos. O ANDES-SN oferece as suas propostas de projetos de lei para a expansão (e política de ação afirmativa) e de financiamento como uma alternativa possível para a universidade pública no Brasil de hoje, propostas que dialogam com um longo processo de luta em defesa da escola pública, passando pelas conferências de educação, pela luta na constituinte, em defesa de uma LDB democrática e nos CONED. O Sindicato trabalhará arduamente para que a expansão assegure universidades de fato públicas, gratuitas, autônomas, laicas e fundamentadas na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e de qualidade socialmente referenciada. Medidas demagógicas e inconseqüentes serão denunciadas energicamente com igual força e empenho!